

# O GOVERNO KUBITSCHKE E O "COMPLEMENTO BURGUEÊS" DO GETULISMO

Daniel Santos Kosinski<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho expõe alguns aspectos do governo de Juscelino Kubitschek como o complemento ou a continuidade da chamada Era Vargas e dos valores getulistas. Se a principal referência daquele contexto foi Getúlio Vargas, presidente brasileiro que não cumpriu integralmente nenhum de seus mandatos - afinal, Getúlio presidiu o Brasil no Governo Provisório de duração indeterminada, que foi interrompido para cumprimento do mandato sob a Constituição de 1934, que foi interrompido por ele mesmo para instituir o Estado Novo, cuja duração foi interrompida pela sua deposição e, depois de eleito em 1950 e tomar posse em 1951 sob a Constituição de 1946, suicidar-se no exercício do mandato presidencial -, nada impede, porém, que a exceção em termos de *relativa estabilidade numa conjuntura instável* que foi o Governo Kubitschek tenha tido diretrizes e realizações com raízes na tradição e nos valores getulistas.

Trata-se, porém, de uma relação raramente admitida, até pela forma com que se convencionou associar a imagem de Getúlio Vargas exclusivamente à política trabalhista e à legislação de proteção social, esquecendo-se de seus decididos esforços para o desenvolvimento da indústria e das atividades burguesas no Brasil, ênfase que veio a ser dada mais claramente pelo Governo Kubitschek.

Embora se reconheça nesse último algumas diferenças importantes com relação aos governos de Vargas, principalmente no que diz respeito à sua vigência exclusiva sob o regime da Constituição de 1946, seus pontos de convergência são muito mais comuns e significativos e abrangem, entre outros, as heranças da máquina administrativa, da manutenção da legislação de proteção ao trabalho, das empresas estatais em setores considerados estratégicos e do nacionalismo econômico, embora este tenha sido mais característico de Vargas.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ (2004-2007), mestre em Ciência Política pela UFF com bolsa CAPES-REUNI (2011-2012), pós-graduando *lato sensu* Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela UFRJ (2013-2014).

Em resumo, o presente trabalho buscará demonstrar a procedência da proposta de pensar na existência de um *complemento burguês do getulismo*, representado no PSD e executado no Governo Kubitschek, devido ao reconhecimento na carreira política de Juscelino de um pessedista ligado aos valores políticos da Revolução de 1930 e dos governos de Getúlio Vargas.

Porém, não se trata, embora seja considerável, justificar essa relação proposta com base apenas na importância do Partido Social Democrático – o PSD – organização com raízes getulistas, fato comprovado e admitido, entre outros, por Benevides (1976), Campello de Souza (1976) e Hippolito (1984), ao lado da associação preferencial de Getúlio ao Partido Trabalhista Brasileiro - o PTB. Nossa proposta diz respeito a *marcar o Governo Kubitschek como um dos lados do legado de Vargas*, e um lado que talvez nunca tenha sido olhado como tal. Mais precisamente, trata-se de estabelecer as condições para pensar o Governo Kubitschek, em outras palavras, como o *getulismo explicitamente burguês no poder*, ou melhor, *o lado explicitamente burguês do getulismo*, aquele lado, em rigor, dominante, que o trabalhismo, embora de igual qualidade, esconde.

Trata-se, por fim, de caracterizar o Governo Kubitschek como legítimo herdeiro dos valores e tradições getulistas e da Revolução de 1930, particularmente no que diz respeito à sua irreversível decisão de industrializar o Brasil a fim de transformá-lo numa grande potência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governo Kubitschek, Era Vargas, industrialização, desenvolvimento, getulismo.

## Introdução

A julgar pelo modo como são apresentados por diferentes meios e pelos mais variados intérpretes, os governos de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubitschek teriam significado diferentes momentos de um período da história brasileira que não guardariam entre si qualquer relação especial. Daí a diferença de tratamento e representação em relação aos dois governantes que, apesar do que na aparência indicam as diferenças entre eles, tiveram laços integrativos fortes e indicativos de pertencerem à mesma matriz projetada para o Brasil a partir da Revolução de 1930.

Ao presidente Getúlio cabe, em privilégio de parte de suas realizações, a imagem de *pai dos pobres*, isso porque promotor da consolidação da legislação básica do sistema de proteção social à crescente população trabalhadora na transição de um país pobre e rural que mal havia iniciado sua industrialização. Quanto a Juscelino, sua imagem de *presidente bossa nova* está associada aos *50 anos em 5* prometidos em sua campanha eleitoral, executados no seu *Plano de Metas*, num momento de estabilidade das relações trabalhistas e grande crescimento industrial, sem indicações de qualquer ligação direta, apenas com algumas coincidências, com o ideário do longo período liderado por Getúlio Vargas.

Por certo, trata-se de contraste entre ambos que tende a ser consolidado no imaginário brasileiro e vai muito além deste breve resumo. Qualquer investigação dos discursos de políticos profissionais ou de trabalhos acadêmicos sobre Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek terá dificuldades de encontrar as ocasiões, que supomos raras ou até inexistentes, nas quais seja admitida a compatibilidade do governo de Juscelino com os de Getúlio, muito menos o fato de o Governo Kubitschek ter privilegiado o lado do getulismo que ainda estava por ser desenvolvido.

Dois exemplos podem ser destacados para indicar esse fato. O primeiro está no livro da professora Maria Victoria de Mesquita Benevides (1976), *O Governo Kubitschek*, possivelmente o trabalho mais conhecido e utilizado sobre o tema, no qual a autora definiu sucintamente seu objeto afirmando que a “[...] *relação desenvolvimento econômico e estabilidade política foi considerada a mais pertinente para qualificá-lo globalmente*”, embora ela reconhecesse essa estabilidade em termos relativos, uma vez confinada “[...] *dentro de um contexto instável*” (1976, p. 21, 27), e sem mencionar o quanto essa instabilidade era devida à reação contra o getulismo.

O segundo exemplo vem do sociólogo Fernando Henrique Cardoso – *político profissional e acadêmico* – quando, recém-eleito presidente da República, em seu discurso de despedida do Senado Federal<sup>2</sup>, afirmou que, após a *transição democrática*, o autoritarismo já era, àquela altura, uma página virada na história do Brasil. Contudo, segundo ele, ainda restava um *acerto de contas com o passado*, caracterizado como “[...] *um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas — ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista*”.

Seu discurso apontava para o que considerava serem os *sintomas de esgotamento estrutural do modelo varguista de desenvolvimento*, embora reconhecesse suas virtudes em décadas passadas. Fernando Henrique declarava-se comprometido a dar início a um governo que combatesse e superasse o que identificava como os *vícios* daquele modelo, tais como: o protecionismo, o intervencionismo e os monopólios estatais; a autarquia produtiva e financeira; o centralismo na distribuição de receitas; a *discriminação* do capital estrangeiro; os desequilíbrios do sistema previdenciário; as fraudes e a corrupção endêmicas no setor público, entre outros.

Em resumo, dois exemplos indicadores de como tendem a ser representados governos e políticos cruciais na história recente do Brasil, ou pelo menos da forma pela qual a avaliação de nosso passado vem sendo, nas últimas décadas, produzida e aceita. Se se admite um Getúlio autoritário, intervencionista e paternalista, de um lado, e um Juscelino empreendedor, moderno, e tolerante, de outro, são representados uma *Era Vargas* de controle, arbítrio e dirigismo, e um *Governo Kubitschek* de prosperidade, democracia e liberdade. Nada a relacioná-los; nenhum parentesco entre eles.

Assim, a representação exemplificada acima, na medida em que enfatiza as distinções ou divergências entre Getúlio e Juscelino, ou entre o que se considera terem sido a *Era Vargas* e o *Governo Kubitschek*, despreza sem maiores exames seus pontos de contato, as convergências entre eles. Melhor dizendo: *omite ou ignora o que Juscelino deveu a Getúlio e ao getulismo*, por diferentes que tenham sido suas personalidades e seus posicionamentos diante de determinadas questões, o que, por certo, não implica absolutamente na pretensão de falar do Governo Kubitschek como uma decorrência natural ou automática do getulismo.

---

<sup>2</sup> Discurso de despedida do Senado Federal - *Filosofia e diretrizes de governo* -, proferido em Brasília, 14.12.1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/desped.htm](http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/desped.htm) - Acessado em: 20.1.2012.

A proposta deste trabalho é a de refletir, ao contrário do que foi postulado por aquelas representações, a respeito da *compatibilidade dos ideais políticos de Juscelino Kubitschek e das realizações de seu governo com os ideais do getulismo*. Não consideramos, sob o pretexto de aqueles *50 anos em 5* terem sido cumpridos como exceção num tempo de crises políticas, que o Governo Kubitschek tenha sido um caso a parte em termos de projeto para o Brasil.

Se a principal referência daquele contexto foi Getúlio Vargas, presidente brasileiro que não cumpriu integralmente nenhum de seus mandatos<sup>3</sup>, nada impede, porém, que a exceção que foi o Governo Kubitschek tenha tido diretrizes e realizações com raízes na tradição e nos valores getulistas.

Em resumo, o presente trabalho buscará demonstrar a procedência da proposta de pensar na existência de um *complemento burguês do getulismo*, representado no PSD e executado no Governo Kubitschek, devido ao reconhecimento na carreira política de Juscelino de um pessedista ligado aos valores políticos da Revolução de 1930 e dos governos de Getúlio Vargas.

Porém, não se trata, embora seja considerável, justificar essa relação proposta com base apenas na importância do Partido Social Democrático – o PSD – organização com raízes getulistas, fato comprovado e admitido<sup>4</sup>, ao lado da associação preferencial de Getúlio ao Partido Trabalhista Brasileiro - o PTB. Nossa proposta diz respeito a *marcar o Governo Kubitschek como um dos lados do legado de Vargas*, e um lado que talvez nunca tenha sido olhado como tal. Mais precisamente, trata-se de estabelecer as condições para pensar o Governo Kubitschek, em outras palavras, como o *getulismo explicitamente burguês no poder*, ou melhor, *o lado explicitamente burguês do getulismo*, aquele lado, em rigor, dominante, que o trabalhismo, embora de igual qualidade, esconde.

### **Raízes políticas de Juscelino Kubitschek e do PSD**

A carreira política de Juscelino Kubitschek deveu-se, embora indiretamente, a Getúlio Vargas. Começou no início da década de 30, mais precisamente em 12 de

---

<sup>3</sup> Afinal, Getúlio presidiu o Brasil no Governo Provisório de duração indeterminada, que foi interrompido para cumprimento do mandato sob a Constituição de 1934, que foi interrompido por ele mesmo para instituir o Estado Novo, cuja duração foi interrompida pela sua deposição e, depois de eleito em 1950 e tomar posse em 1951 sob a Constituição de 1946, suicidar-se no exercício do mandato presidencial.

<sup>4</sup> Como exemplificado por Benevides (1976), Campello de Souza (1976) e Hippolito (1984).

dezembro de 1933, quando Vargas, na condição de líder do Governo Provisório, três meses após a morte súbita de Olegário Maciel, nomeou Benedito Valadares interventor em Minas Gerais, “[...] *deputado ainda inexpressivo, comparado aos demais*” (Badaró, 1996, p. 109). Tratou-se de escolha surpreendente, pois nomes tradicionais da política mineira como Gustavo Capanema, Francisco Campos e Virgílio Alvim de Melo Franco foram preteridos (Couto, 2013, p. 31). Foi um tempo em que Vargas dava prosseguimento à sua política de estabelecer um pólo alternativo às oligarquias tradicionais da política daquele importante estado, bem como de outros, criando o que viria a ser uma tradição “de raiz” do getulismo e dependente do arbítrio de seu líder.

Benedito Valadares veio a ser o responsável por introduzir Juscelino na política, convidando-o, logo em seguida à sua nomeação por Getúlio, para a chefia do Gabinete Civil de sua Interventoria (Badaró, 1996, p. 111). Eles haviam se conhecido na *Batalha do Túnel da Mantiqueira*, em Passa Quatro, Minas Gerais, combatendo ao lado do Governo Provisório por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, circunstância na qual Benedito era o chefe de polícia da região do Túnel e, Juscelino, na qualidade de capitão-médico da Força Pública mineira, dirigiu improvisado hospital de campanha pelo qual passaram mais de mil feridos que combatiam as forças paulistas, embora o próprio Juscelino tenha declarado que “[...] *nutria consideração pela causa de São Paulo e via, com angústia, o sofrimento do povo que havia lutado sozinho por uma Constituição e que, em face da derrota, voltaria a ser uma vez mais humilhado*” (Couto, 2013, p. 28-30).

Mais adiante, a indicação de Valadares foi fundamental para que, aos 32 anos de idade, Juscelino fosse eleito para a Câmara Federal constituída após a promulgação da Constituição de 1934, pelo Partido Progressista de Minas Gerais, com a maior votação do estado (*Id.*, p. 37), junto a seu amigo de juventude José Maria Alkmin (Badaró, 1996, p. 112). Foi então como deputado federal – todavia, sem obter muito destaque na função, que encarava como provisória, pois queria retornar ao exercício da medicina – que Juscelino exerceu seu primeiro mandato eletivo, até 10 de novembro 1937, quando o golpe comandado por Getúlio e que instituiu o Estado Novo decretou o fechamento do Congresso Nacional, extinguiu todos os mandatos parlamentares e, provocando profunda decepção em Juscelino, interrompeu por pouco tempo sua carreira política.

Isso porque, no início de 1940, o interventor Valadares comunicou Juscelino que iria nomeá-lo prefeito de Belo Horizonte, capital do estado e cidade, então, com 200 mil

habitantes. Muito embora tenha recusado o convite num primeiro momento, pois naquele ínterim havia retornado ao exercício da medicina e não aprovava o regime ditatorial inaugurado em 1937, Juscelino foi convencido por Alkmim a aceitá-lo alguns dias depois (Badaró, 1996, p. 124-125); ou, segundo outra versão, embora continuasse resistente à ideia, foi comunicado em 15 de abril de 1940 de sua nomeação, já como fato consumado e indeclinável (Couto, 2013, p. 42). De qualquer forma, Juscelino assumiu o cargo em 23 de outubro de 1940 e o ocupou até outubro de 1945. Portanto, deveu-se também diretamente a Benedito Valadares a primeira experiência de Juscelino Kubitschek no comando de poderes executivos, embora em nível municipal.

O fiel interventor de Getúlio Vargas em Minas Gerais ainda foi, no final do Estado Novo, e com permissão do ditador prestes a ser deposto da Presidência, o principal articulador da criação do PSD em Minas Gerais, arregimentando para o partido “[...] *os melhores quadros desse vasto interior mineiro*” (Badaró, 1996, p. 149), e no qual ele foi feito presidente estadual e, Juscelino, primeiro-secretário. Foi a razão de Benedito Valadares se tornar, durante o regime da Constituição de 1946, o grande líder do diretório mineiro daquele partido, de onde saíram, além de Juscelino, nomes como José Maria Alkmin e Tancredo Neves.

A fundação do PSD, em 17 de julho de 1945, significou a constituição do partido que viria a dominar a política nacional sob o regime da Constituição de 1946. Organizado em bases nacionais, de acordo com a posição de Getúlio e o estabelecido pelo Código Eleitoral de 1945<sup>5</sup>, o PSD reuniu praticamente todos os interventores estadonovistas. Tratava-se por isso de uma organização enraizada nos valores getulistas, um “[...] *partido [que] permitiu à elite política que se consolidou nos estados durante a ditadura estadonovista a possibilidade de sobreviver num regime democrático*” (Hippolito, 1984, p. 41), significando sua adaptação às regras e procedimentos que são próprios das instituições políticas liberais.

Em rigor, esses são fatos que caracterizam o PSD como um partido de raízes getulistas, muito embora a figura de Getúlio Vargas venha a ser mais facilmente associada ao PTB. Dois fatos em particular podem explicar essa preferência: (1) o próprio Getúlio ter se filiado ao PTB, então apenas uma pálida terceira força política

---

<sup>5</sup> Embora se opusessem à organização em bases nacionais os interventores Benedito Valadares e Fernando de Sousa Costa, de São Paulo, que defendiam a recriação de partidos regionais.

com expressão eleitoral muito inferior ao PSD e mesmo à UDN<sup>6</sup>; e (2) as bases sociais distintas a partir das quais foram organizados aqueles dois partidos: o PTB, voltado para a classe trabalhadora urbana e, por isso, identificado com o trabalhismo; e o PSD, de bases majoritariamente rurais e nas pequenas e médias cidades do interior e, por isso, distante daqueles ideais.

Se a caracterização do PSD como um partido de raízes getulistas parece evidente, nada a princípio, porém, aponta para seus eventuais vínculos com a burguesia. Mas a esse respeito, foi Ernani Amaral Peixoto quem forneceu seu testemunho, quando afirmou que o PSD “[...] *representava a burguesia, o pequeno proprietário rural*”; mas também o funcionalismo público, professores, profissionais liberais, comerciantes e alguns poucos industriais (Camargo *et al.*, 1986, p. 293).

Com efeito, tratava-se de partido com bases ecléticas e que, no cenário político-partidário daqueles tempos, em relação ao conservadorismo da UDN e o trabalhismo do PTB, ocupava posição “*essencialmente centrista [...], ícone de um modelo de ação política caracterizado pela habilidade, prudência, moderação, pragmatismo, disposição ao diálogo e entendimento, negociação e conciliação, objetividade, proximidade do poder*”, fatos que fizeram Tancredo Neves, novamente, afirmar que “*entre a Bíblia e O Capital, o PSD fica com o Diário Oficial*” (Couto, 2013, p. 50).

Havia, portanto e sem dúvidas, uma *burguesia que não era antigetulista*, sendo possível a hipótese da existência de políticas getulistas para essa burguesia ou, indo além, um *getulismo explicitamente burguês*. Se o PTB é imediatamente identificado com o *trabalhismo getulista*, os sindicatos, a legislação social e tudo o que lhes diz respeito, isso não exclui, absolutamente, *a existência no PSD da parte propriamente burguesa do getulismo* que, embora de menor visibilidade, se refere exatamente ao desenvolvimento do capitalismo e da industrialização do Brasil com proteção social para os trabalhadores. Ao lado de tudo que o *PSD representa, representa também, portanto, a parte não explicitamente trabalhista do getulismo, mas a sua parte burguesa*.

Porém, é também fato conhecido que o PSD, embora enraizado na tradição política getulista, não possuía unanimidade em torno dos ideais nem tampouco da

---

<sup>6</sup> Nas eleições de 1945 o PTB obteve apenas 22 das 286 cadeiras na Câmara, contra 77 da UDN.



figura de Getúlio<sup>7</sup>, o que *quase chega a descaracterizar a existência de um lado burguês do getulismo*. Mas as próprias bases sociais a partir das quais foi formado o partido, conforme descritas por Hernani do Amaral Peixoto, *evidenciam a presença de setores da burguesia no PSD e, portanto, nos valores políticos getulistas, embora dissociados do trabalhismo*.

As raízes pessedistas, e por conseguinte getulistas, de Juscelino Kubitschek, também se encontram evidenciadas na medida em que foram traçados os primórdios de sua biografia política, ao ponto de caracterizar, entre 1933 e 1945, o início e o desenvolvimento de considerável parte de sua carreira política *ainda nos períodos do Governo Provisório e do Estado Novo*, sob a proteção direta de Benedito Valadares, interventor em Minas Gerais e, portanto, com o beneplácito do próprio Getúlio Vargas.

Quando, após o restabelecimento das instituições políticas liberais, tornou-se governador eleito de Minas Gerais em 1950 e presidente da República cinco anos mais tarde, Juscelino Kubitschek era, por certo, ainda que em parte, *um herdeiro do getulismo em ação, um ator político cujo surgimento e expressão deviam-se, inteiramente, ao arbítrio exercido por agentes de um regime ora provisório, ora de pretensões permanentes e de tendências ditatoriais*.

Assim, a carreira política de Juscelino Kubitschek e as raízes do PSD são razões suficientes pelas quais não se justifica representar uma oposição ou antagonismo entre os ideais e propósitos de Juscelino e os valores getulistas, muito embora Juscelino tenha manifestado, em sua elaboração ideológica, especial apreço pelo que compreendia ser a *índole democrática do povo brasileiro*. Mas essa manifesta oposição à ditadura parece ter como alvo os militares, de um lado, e os comunistas, de outro. Em rigor, típica manifestação do getulismo nos tempos da Constituição de 1946.

### **Fundamentos do desenvolvimentismo de JK nos governos Vargas**

Os anos 40 marcaram o início das mais decisivas providências de comando político do capitalismo pelo Estado Novo de Vargas. No nível da produção material, por certo se destacou a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, com auxílio técnico e financeiro norte-americano, para o qual a habilidade de

---

<sup>7</sup> Como exemplificado, entre outros episódios, pela divisão de suas principais lideranças no apoio a Getúlio Vargas ou Cristiano Machado, por ocasião das eleições presidenciais de 1950.

Vargas em explorar uma eventual disputa dos Estados Unidos com a Alemanha nazista pelo apoio do governo brasileiro mostrou-se fundamental.

Com efeito, a construção da CSN, embora sem dúvidas a mais marcante das realizações do Estado Novo no que diz respeito à industrialização, representou apenas *uma de suas muitas iniciativas de organização do capitalismo no Brasil*, como se pode depreender dos exemplos a seguir, integrantes de uma lista muito mais extensa: Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau, Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, Conselho Federal de Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Conselho Brasileiro de Geografia, Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa, Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Instituto Nacional do Pinho, Coordenação de Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Álcalis, Serviço Social da Indústria, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Plano de Obras e Equipamentos, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo, Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), entre outros. Não pode ser esquecida, também, a criação da *Companhia Vale do Rio Doce* (Silva *et. al.*, 2004, p. 32).

O Estado Novo foi também o período em que foram tomadas outras medidas com vistas à industrialização como a *regulação das relações trabalhistas através da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT* -, decretada em 1º de maio 1943, e que também significou o primeiro projeto de Consolidação das Leis da Previdência Social<sup>8</sup>. A CLT representou a *consagração de ampla gama de benefícios sociais e trabalhistas tais como pensões e aposentadorias* que já vinham sendo concedidos por Vargas a várias categorias a partir dos anos 30: empregados nos serviços de força, luz e bondes; empregados dos demais serviços públicos concedidos ou explorados pelo Poder Público (1931); mineiros (1932); marítimos (1933); aeroviários, comerciários, estivadores e bancários (1934), e industriários (1936). A administração de todos esses benefícios exigiu a criação de um grande número de institutos de Previdência Social, diretamente controlados pelo Estado.

---

<sup>8</sup> Cf. [HTTP://www1.previdencia.gov.br/pg\\_secundarias/previdencia\\_social\\_12\\_04-B.asp](http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_12_04-B.asp) - Acessado em 15.2.2012.

Também o *salário-mínimo* foi uma iniciativa do Estado Novo. No dia 1º de maio de 1938, Getúlio assinou decreto que o regulamentava, determinando seu reajuste de acordo com a elevação do custo de vida. A 8 de agosto de 1945, já às vésperas de sua deposição, Getúlio assinou decreto-lei que estabeleceu que as aposentadorias e pensões não poderiam ser inferiores, respectivamente, a 70% e 35% do salário mínimo<sup>9</sup>. O decreto criava, também, isenção de impostos para a construção de casas destinadas ao operariado.

Todo esse conjunto de medidas tomadas num espaço de quinze anos caracteriza nitidamente a *opção trabalhista* de Vargas. Desta opção, porém, não pode ser esquecido seu objetivo maior que foi a criação, pelo Governo Provisório, pelo governo sob a Constituição de 1934 e pelo Estado Novo, das *condições de estabilização das relações entre a classe trabalhadora e a burguesia*, condições consideradas essenciais por Getúlio para a orientação estatal com vistas ao desenvolvimento industrial do país. A *opção trabalhista* possuía em si, portanto, um caráter mais amplo, o da intenção de compatibilização dessas relações e, em última instância, também uma *opção burguesa*, embora desprovida de contornos liberais, ou mesmo antagônicos a eles.

De fato, as políticas de Getúlio criaram as condições básicas de segurança social da classe trabalhadora urbana, preparando as massas para o processo de industrialização que então apenas começava. Criaram, também, as bases de uma força de trabalho de nível mais elevado de qualificação, conforme exigido pela complexificação das atividades produtivas na divisão do trabalho de uma sociedade industrial. Em suma, tratou-se de um momento no qual se buscou garantir a estabilidade social, o que permite *caracterizar o trabalhismo de Vargas como parte de uma política de industrialização de base que ele próprio, por razões políticas, não pôde comandar*.

Essas foram as bases para o que veio a ser o segundo Governo Vargas, já sob a Constituição de 1946, e também as bases sobre as quais Juscelino Kubitschek pôde agir depois. *O Governo Kubitschek não poderia ter realizado tudo o que fez sem essas bases construídas por Getúlio*.

A partir de 1951, já governando sob a vigência das instituições políticas liberais, Getúlio Vargas revigorou os esforços pela construção do aparelho burocrático estatal necessário para a articulação entre os interesses dos burgueses industriais que então se organizavam e a ação do Estado, correspondendo positivamente a muitas das suas

---

<sup>9</sup> Cf. [HTTP://www1.previdencia.gov.br/pg\\_secundarias/previdencia\\_social\\_12\\_04-B.asp](http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_12_04-B.asp) - Acessado em 15.2.2012.

reivindicações, conforme expostas por aquele que era então seu principal ideólogo e porta-voz, o industrial paulista Roberto Simonsen, e elaboradas em documentos produzidos nos congressos das auto proclamadas *classes produtoras*, como a Carta de Teresópolis (1945) e a Carta de Araxá (1949) (Latini, 2008, p. 46-47).

Organismos de suma importância para o planejamento e a coordenação da industrialização brasileira foram constituídos naqueles anos, como a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), criada por Getúlio Vargas em julho de 1951, órgão que iniciou, entre outros, estudos sobre a viabilidade da indústria automobilística no Brasil. Seus trabalhos constituíram as bases para a criação por Juscelino, em junho de 1956, do *Grupo Executivo da Indústria Automobilística*, o GEIA (Kubitschek, 1962, p. 129), fazendo com que, equivocadamente, a implantação desta indústria seja socialmente representada como *obra exclusiva* do Governo Kubitschek. Outros grupos de estudo surgiram paralelamente à administração estatal, como a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*, responsável por análises da conjuntura brasileira e pela formulação de propostas de investimentos que, em sua maioria, jamais saíram do papel.

Também dos primeiros anos da década de 50 data o estabelecimento de uma base de dados estatística regular acerca da economia e das contas nacionais brasileiras, coisa que até então inexistia. Surgia então uma *contabilidade racional* do conjunto da produção material do país, ferramenta fundamental para sua administração pelo Estado.

Em 1952, Vargas criou o BNDE e o Banco do Nordeste, contrariando com isso os banqueiros privados, que ganhavam a concorrência estatal no fornecimento de crédito à indústria e ao comércio. Em 1953, criou a Petrobras e, com ela, reforçou o ideal do monopólio estatal sobre o petróleo. Já havia sido Vargas o criador em 29 de abril de 1938 do Conselho Nacional do Petróleo, regulamentando todas as atividades do setor, ordenando pesquisas e nacionalizando refinarias. Em 21 de janeiro de 1939, na 163ª tentativa, encontrou-se, próximo à Salvador, o primeiro poço de petróleo comercialmente explorável (Silva, 1978, p. 137), embora poucos acreditassem, e assim diziam os norte-americanos, que existisse petróleo no Brasil.

Vargas propôs no ano seguinte as criações da Eletrobrás e do Plano Nacional de Eletrificação, que foram obstruídas no Congresso e só seriam aprovadas em 1962. Aprovou legislação que impunha limites substanciais à participação do capital estrangeiro na vida nacional, principalmente na concessão de serviços públicos, mas também em setores industriais considerados estratégicos. Foi também o momento em

que formulou o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico e o Fundo Nacional de Reparcelamento Econômico. Criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Carteira de Comércio Exterior e o Plano Nacional do Carvão (Silva *et. al.*, 2004, p. 32).

Em suma, um amplo conjunto de medidas destinadas à criação das bases materiais, institucionais e da necessária estabilização social dos trabalhadores, fatores fundamentais para o desenvolvimento industrial do país e, por conseguinte, das atividades burguesas, muito embora muitos dos próprios burgueses não entendessem assim<sup>10</sup>. Isso porque, se suas políticas não tinham de maneira nenhuma caracteres anti-burgueses, eram, por outro lado, marcadamente anti-liberais, na medida em que visavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sob o comando dos governos, e não das iniciativas privadas. Sem dúvidas, fatos que explicam a agressiva oposição que sempre lhe dirigiram distintos setores da sociedade brasileira de então, principalmente aqueles mais intensamente vinculados ao capitalismo internacional.

### **O Governo Kubitschek como herdeiro do legado getulista**

É preciso considerar o quão fundamental para o êxito do Governo Kubitschek na implementação de suas grandes realizações, sintetizadas no Plano de Metas, foi a *prévia estabilização política e social da classe trabalhadora efetivada por Getúlio Vargas*, levada a cabo, como foi, em três momentos distintos: no Governo Provisório, no Estado Novo e no Governo Vargas, já sob a vigência Constituição de 1946.

Nesse tocante, é significativo o registro de um número relativamente baixo de greves durante o Governo Kubitschek e a baixa intensidade em termos de perturbação da ordem por movimentos políticos, em que pesem exceções de alguma significância como as diminutas rebeliões militares de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959), além

---

<sup>10</sup> Uma passagem ocorrida em 1935 e relatada por Alzira Vargas, filha de Getúlio, é reveladora desta falta de compreensão: “Vargas [...] procurava alertar os governadores já eleitos e os interventores que ainda aguardavam as eleições sobre o que considerava serem as “verdadeiras intenções” da Aliança Nacional Libertadora [...]. Solicitou ao jornalista Assis Chateaubriand [...] que promovesse uma reunião de “tubarões” à qual ele compareceria [...]. Fez uma longa exposição sobre os perigos que representavam as atividades da Aliança, a qual, sob pretexto de fazer política, estava preparando uma revolução com auxílio exterior; desejoso de obter a colaboração de todos para a sua política trabalhista, queria ouvir-lhes a opinião [...] e o que ouviu deu-lhe náuseas: divagaram sobre os propósitos das leis trabalhistas, reclamaram contra os fiscais do Ministério que invadiram as fábricas e provocaram a indisciplina dos operários e sabotaram a autoridade dos empresários, etc. [...] Vargas desinteressou-se da conversa e despediu-se, pouco depois [...]. No automóvel, de volta [...] disse ao ajudante-de-ordens que o acompanhava, o capitão-tenente Ernani Amaral Peixoto: ‘Estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam’” (Silva, 1985, p. 207).

dos distúrbios estudantis no Rio de Janeiro logo nas primeiras semanas de seu governo. Para isso, também contribuiu o fato de que desde as eleições de 1955 o Partido Comunista, ainda com significativa influência na classe operária, embora na ilegalidade, mantivesse seu declarado apoio a Juscelino Kubitschek, fiel à sua estratégia de *aliança operariado-burguesia nacional*, qual seja, de cooperação da classe operária com o que consideravam ser os *setores progressistas* da burguesia nacional.

Com efeito, o getulismo trabalhista pensava as condições de estabilidade da classe operária em termos de proteção social garantidas por lei, admitindo com isso, pelo menos em algum grau, a necessidade de proteção do trabalho frente ao capital e, por conseguinte, o controle de relações possivelmente desarmônicas, se não mesmo eventualmente conflituosas, relações que necessitavam, em última instância, da conciliação estatal com vistas à sua regulação e estabilização.

O ideal juscelinista, por sua vez, não enfatizava a legislação trabalhista, ressaltando por outro lado a *criação de empregos* como solução de proteção social típica da orientação governamental do capitalismo. Mas ao contrário do que possa a princípio parecer, *não havia oposição entre as concepções do getulismo trabalhista e as do Governo Kubitschek*. Isso porque, muito embora o ideal juscelinista das relações entre capital e trabalho as representasse em termos *harmônicos ou mesmo complementares*, *não negava os direitos trabalhistas, nem tampouco a legislação social*.

Trata-se apenas de *representações que enfatizam comandos estatais aparentemente distintos ou até aparentemente conflitantes, embora sejam na prática complementares*; ou, ainda, do fato de que o tratamento de Juscelino à questão enfatiza a função de comandante do Estado não como a garantia, por intermédio de seus institutos, de proteção social aos trabalhadores por lei, mas como a do criador das condições adequadas para a expansão contínua da oferta de postos de trabalho.

Isso porque, em rigor, Juscelino assim afirmava que a legislação de proteção social ao trabalhador, por si, *não era condição suficiente para a estabilidade social, embora fosse uma condição necessária*. Para tal, além da garantia da legislação, reconhecia como necessário que o governo criasse as condições que disparassem o processo sistêmico de criação de empregos, processo esse, por sua vez, orientado e, por vezes, diretamente comandado pelo Estado, embora levado a cabo pelas iniciativas privadas.

Portanto, para ter eficácia enquanto instrumento de estabilização social, a legislação de proteção ao trabalhador requeria um complemento óbvio, que era a geração de empregos, pois *os direitos trabalhistas só podem ser adquiridos no próprio exercício da atividade laborativa*.

Com efeito, é fundamental ressaltar: *o getulismo burguês, da forma como o temos caracterizado no Governo Kubitschek, não considerava supérfluo ou mesmo prejudicial ao pleno funcionamento do capitalismo que o Estado regulasse, comandasse ou orientasse, por lei, as relações entre capital e trabalho*. Ao contrário, foi precisamente por considerá-las previamente estabilizadas que se julgou em condições de partir para *o que seria mais propriamente o lado burguês do getulismo, isto é, aquele que tratou especificamente das políticas voltadas ao desenvolvimento industrial e das atividades burguesas*.

Nesse aspecto, o getulismo burguês, pela forma como se encontra indicado no Governo Kubitschek, *se distingue claramente dos ideais liberais*. Prova disso é que, se não propôs a extensão dos direitos sociais e da legislação trabalhista – para os trabalhadores rurais, por exemplo – também não os combateu da forma como já se encontravam reconhecidos e outorgados, muito menos tentou, de alguma maneira, revogá-los, considerando-os intocáveis.

Se o Plano de Metas, que representa o próprio projeto de realizações do Governo Kubitschek, não explicitou nenhuma preocupação em particular com a regulação das relações trabalhistas, *não o fez por ignorá-las, mas por considerá-las resolvidas, reconhecendo sua importância enquanto condição necessária para o desenvolvimentismo*. Não o fez, absolutamente, como no caso dos liberais, por considerá-las limitações prejudiciais à livre iniciativa privada, mas por considerá-las relações estabilizadoras e de conciliação social e, portanto, necessárias no mais amplo sentido para a estabilidade política do país.

O Plano de Metas, que se pretende caracterizar como *a grande e definidora manifestação do getulismo burguês*, foi um plano para embasar a industrialização do país: *energia, comunicações, alimentação, indústrias de base*. É muito significativo que o Plano de Metas não tenha explicitado *nenhuma preocupação com legislação trabalhista e previdência social*. Foi como se já fossem consideradas estáveis as condições dos trabalhadores, bastando manter o volume do emprego ou aumentá-lo e preservar as condições salariais, isto é, o poder de compra dos salários, no mínimo, em

relação aos gêneros de primeira necessidade. Foi equivalente a um *consentimento silencioso ou indireto de Juscelino ao legado de Vargas*.

Todavia, ressalte-se que essa omissão não implicava nenhum desprezo pelas condições da classe trabalhadora, pelo contrário: por considerá-las estáveis, significava que *o Governo Kubitschek podia então partir, uma vez estabilizado o lado trabalhista do getulismo, para seu lado burguês, aquele que dizia respeito ao desenvolvimento industrial*, mais efetivamente ligado à iniciativa privada ou mesmo ao capital internacional. Por ter encontrado no Brasil um momento muito favorável em termos de calma e não de agitação da classe operária, o Governo Kubitschek pôde trabalhar o desenvolvimento industrial sem conflitos ou distúrbios sociais significativos. *O getulismo trabalhista foi a própria base fundamental do getulismo burguês, do Plano de Metas e da industrialização nacional*.

Foi, nesse sentido, um *governo complementar do getulismo*, que de certa maneira atestou os progressos que o getulismo trabalhista havia feito no preparo das massas para o capitalismo no Brasil e que, considerando estabilizadas as relações entre capital e trabalho, *não tocou na legislação trabalhista porque não queria o desenvolvimento simplesmente pelo desenvolvimento*.

Em rigor, não deve haver dúvidas de que foram as condições de estabilidade social e política da classe trabalhadora criadas pelo getulismo trabalhista que permitiram ao Governo Kubitschek já a partir de seu início avançar sem receios rumo à industrialização intensiva do Brasil. Somente naquelas condições de relativa paz e tranquilidade social herdadas dos governos de Vargas foi que, a despeito de todo o barulho e das reiteradas ameaças que fizeram seus vários opositores civis e militares, o Governo Kubitschek pôde elaborar e executar o seu projeto desenvolvimentista. Em outras palavras, *é preciso admitir que os “50 anos em 5” não teriam jamais sido possíveis sem a chamada “era Vargas”*.

Apesar disso, é importante reconhecer que a *Instrução 113 da SUMOC* constituiu uma diferença substancial entre o Governo Kubitschek e os ideais de Getúlio, podendo ser vista como a *exceção à regra no meio do conjunto de continuidades*. Claro está que a Instrução 113 possuía forte apelo de natureza liberal à entrada do capital estrangeiro no Brasil, certamente em tons muito mais internacionalizados do que a industrialização que já desde os anos 30 vinha sendo indicada por Getúlio, muito embora esse último



não se opusesse de todo à presença do capital estrangeiro no Brasil<sup>11</sup>. Mas não se pode esquecer, nesse sentido, que a Instrução 113 foi criada *contra as diretrizes de política econômica do Governo Vargas*, não por acaso tendo sido obra do Governo Café Filho, logo em seguida à morte de Getúlio.

Feita essa observação, é necessário por outro lado ressaltar que, embora tenha feito uso ostensivo da Instrução 113, o Governo Kubitschek *não aderiu plenamente aos seus princípios*, na medida em que preservou inteiramente a prerrogativa do Estado de organizador e comandante político da entrada do capital estrangeiro no país. Se os princípios liberais da Instrução não comportavam em si uma intenção industrializante, mas sim uma de *não-intervenção, favorável ou não à industrialização*, é necessário dizer que Juscelino por sua vez a utilizou com claros fins industrializantes e comandantes.

O fato de Juscelino ter aberto definitivamente o país para os capitais estrangeiros e a ênfase que dava ao papel das iniciativas privadas não tiraram dele a idéia de comando estatal do capitalismo, que ele compartilhou integralmente com Getúlio. Além do mais, a retomada das políticas industrializantes após o breve interregno liberal de Gudin e Café Filho também fala em favor da ligação do Governo Kubitschek com o getulismo, porque *apesar disso*, Juscelino retomou suas políticas. Isso demonstra a *existência de uma política industrializante já em Vargas, que viria a ser retomada por Juscelino*.

Por isso, não pode ser atribuído ao Governo Kubitschek qualquer tipo de *condução de política econômica antagônica aos ideais getulistas*, sendo mais apropriado afirmar que seu uso da Instrução 113 se localizou a *meio termo entre o nacionalismo estatista de Vargas e o liberalismo não-intervencionista irrestrito que a inspirou*.

Por outro lado, a construção de Brasília tem a marca pessoal de Juscelino, sendo uma *realização específica de seu governo, uma coisa que fica para a história do país*. Brasília não diz respeito claramente, é preciso admitir, ao lado do getulismo burguês, caracterizando uma marca que é própria do Governo Kubitschek. Mas *também Brasília*

---

<sup>11</sup> Getúlio se opunha à presença de capitais estrangeiros apenas nos setores que considerava estratégicos para a soberania nacional, como por exemplo, a mineração. Indicativo de sua posição geralmente favorável à presença daqueles capitais por aqui foi o fato de que, em sua última aparição pública, dias antes do suicídio, ele compareceu, ao lado de Juscelino, à inauguração de unidade siderúrgica da companhia alemã Mannesmann, em Contagem, Minas Gerais.

*tinha que ter todos os mesmos antecedentes das realizações do getulismo, sem as quais não teria sido possível construí-la.*

Para tanto, foi preciso que o getulismo completasse o seu projeto, qual seja, *a estabilidade da classe trabalhadora e um Brasil organizado para o desenvolvimento industrial e os investimentos burgueses, dadas as presentes condições nacionais e internacionais.* Sem isso, Brasília não poderia ter sido a síntese: *ela precisava do getulismo, embora não fosse sua decorrência necessária.*

Brasília não foi propriamente uma meta getulista, até porque o próprio Getúlio não via o ideal com bons olhos, mas sem o cumprimento de suas metas, não poderia ter sido construída. Não haveria como construí-la sem criar as condições para o desenvolvimento inicial de uma burguesia, nacional ou estrangeira, no Brasil. Embora não fosse uma de suas conseqüências, por assim dizer, naturais, *Brasília é sem dúvidas a confirmação de que também o lado burguês do getulismo já estava com suas bases prontas.*

Brasília, a cidade como tal, é uma *realização ampla ou mesmo totalmente brasileira*, é coisa representativa do nacionalismo de Juscelino e do getulismo, mas também de um antigo projeto de ilustres brasileiros como Bonifácio e Varnhagen, que diziam respeito ao avanço demográfico e produtivo sobre um território legalmente brasileiro, mas que não era efetivamente ocupado. Um projeto que, bem ou mal, também foi adotado e praticado por Getúlio na sua *Marcha para o Oeste*.

Tudo que foi falado do Governo Kubitschek poderia ficar restrito a ele caso tivesse sido feita alguma ruptura com os governos anteriores de Vargas e suas medidas. Mas não foi isso o que aconteceu e, nesse sentido, *Juscelino Kubitschek mostrou-se na história brasileira um bom cumpridor dos projetos de governos anteriores.*

Apesar de tudo, Juscelino Kubitschek não tinha os burgueses junto dele. Para alcançar o desenvolvimento pretendido, era o Estado quem tinha que entrar primeiro, e por isso tratou-se, como não poderia deixar de ser, de um governo dito "*gastador*".

Seria equivocado afirmar que o Governo Kubitschek respondeu aos interesses da burguesia. Factualmente, *foi ele quem comandou o processo de industrialização do Brasil, tomando o lugar que seria da burguesia, pois essa, que era incipiente e apenas iniciava sua organização, fundamentalmente não existia.* Afinal, a existência de burgueses, muitos que sejam, não significa a existência de burguesia formada, organizada e politicamente ativa.

Portanto, na falta dela consolidada e organizada no Brasil, Juscelino Kubitschek tomou seu lugar na industrialização brasileira, assumindo seus riscos e seu financiamento, o que significa dizer que *não foram burguesas as razões pelas quais se buscou o desenvolvimento da indústria e do capitalismo no Brasil*. Ou ainda, em outras palavras, *a burguesia não teve protagonismo naquele processo*, embora tenha sido sua maior beneficiária.

Em resumo, *é isso que vem a ser o getulismo burguês*: não é o desenvolvimento apenas pelo desenvolvimento, mas sim uma política de desenvolvimento que tem, de fato, *alguma preocupação que seja com as questões sociais, como é o caso das condições da classe trabalhadora*. É um pensamento que quer, sem nenhuma dúvida, o desenvolvimento das atividades burguesas, e como tal representa esses interesses de classe como interesses do conjunto da sociedade ou mesmo da nacionalidade, fato bem claro na *proposição do crescimento econômico como solução de justiça social e de engrandecimento nacional*, conforme apresentada pelo ideário de Juscelino Kubitschek. Essa é também a razão pela qual repudia com veemência propostas antagônicas aos interesses burgueses, como o comunismo.

Mas o *getulismo burguês conforme expresso no Governo Kubitschek* também não é, sem dúvidas, um pensamento burguês de viés liberal. O *getulismo burguês* de Juscelino claramente tem preocupações com as condições de vida da classe operária, nem que seja apenas para mantê-las conforme as havia herdado dos governos de Vargas, a fim de permitir o desenvolvimento industrial e a acumulação privada pela burguesia sem correr riscos de distúrbios sociais.

Portanto, os ideais do *getulismo burguês*, embora ocasionalmente distintos das principais preocupações do *getulismo trabalhista* e menos enfático no que diz respeito à proteção do trabalho frente ao capital, *lhes são complementares e deles não devem ser separados, muito menos compreendidos ou representados como opostos*.

O *getulismo burguês* definitivamente também não é um pensamento que, como o liberal, rejeitava o que considera serem “*intervenções estatais na economia*”. Muito pelo contrário, *fazia do comando e organização do capitalismo pelo Estado o fundamento básico de industrialização bem sucedida e, o que também é muito importante, preservando o papel do Estado como garantidor da harmonia entre as classes e da estabilidade social*.

## **Bibliografia**

AGARWALA, A.N. E SINGH, S.P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Forense Universitária, 1969.

ALBUQUERQUE, M. M. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BADARÓ, Murilo. **José Maria Alkmim; uma biografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988). **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

CADERNOS INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN. **As Raízes do Pensamento Industrial Brasileiro**. São Paulo: FIESP, 2010.

CAMARGO, Aspásia (et al.). **Artes na política: diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CAPUTO, A. P. **Desenvolvimento econômico brasileiro e o investimento direto estrangeiro: uma análise da Instrução 113 da SUMOC – 1955/1963**. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CHANG, Ha-Joon. **Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective**. Londres, Anthem, 2002.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

COUTO, Ronaldo Costa. **O Essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza**. São Paulo: Planeta, 2013.

DOURADO, Autran. **Gaiola Aberta: tempos de JK e Schmidt**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DREIER, John C. (Coor.). **A Aliança para o Progresso**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

DUARTE, Valter e FERREIRA, Ezilda. **A Renúncia de Jânio Quadros; componentes históricos e institucionais.** Curitiba: CRV, 2011.

FAUSTO, Boris (Org.) (1997). **O Brasil Republicano; estrutura de poder e economia (1889-1930). Vol. III da História Geral da Civilização Brasileira.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERNANDES, Florestan (1975). **A Revolução Burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica.** 5ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORI, José Luís (Org.) (2004). **O Poder Americano.** 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

FURTADO, Celso (1959). **Formação Econômica do Brasil.** 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. **Instituição e Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. **A Marcha do Amanhecer.** São Paulo: Bestseller, 1962.

KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. **Industrialização: Batalha pela Própria Sobrevivência da Nacionalidade.** São Paulo: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1957.

MINDLIN LAFER, Betty. **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LATINI, Sydney A. **A Implantação da Indústria Automobilística no Brasil; da substituição de importações ativa à globalização passiva.** São Paulo: Alaúde Editorial, 2007.

- LIMA, Heitor Ferreira. **3 Industrialistas Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976(a).
- LIMA, Heitor Ferreira. **História Político-Econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976(b).
- LIMOEIRO, Miriam. **Ideologia do Desenvolvimentismo: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930: Dos anos de formação à conquista do poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RIBEIRO, Dilson. **O repórter e o estadista JK**. 2ª Ed. Brasília: Projecto Editorial, 2006.
- SCHUMPETER, Joseph (1911). **Teoria do Desenvolvimento Econômico. Coleção “Os Economistas”**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SILVA, Hélio. **1954: Um Tiro no Coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SILVA, Hélio. **O Poder Civil**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SILVA, Hélio. **O pensamento político de Vargas**. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- SILVA, R.M.; CACHAPUZ, P.B.; LAMARÃO, S. (Orgs.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. BNDES, 2004.
- SIMONSEN, Roberto C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto; uma biografia do Mal. Henrique Lott**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- YERGIN, Daniel. **O Petróleo; uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.